

Descrição do conceito de deficiência a partir da mídia cinematográfica: uma análise comportamental

Description by media cinematographic of the disability concept: a behavioral analysis

Cibele Zanirato Cabral; Beatriz Lotti; Karla Cestari; Ana C. M. Almeida-Verdu; Kester Carrara

Universidade Estadual Paulista (UNESP-Bauru), São Paulo, Brasil

[Endereço para correspondência](#)

RESUMO

Este trabalho caracterizou elementos formadores da concepção de deficiência, transmitidos à audiência pela mídia cinematográfica. Estabeleceu-se a definição da expressão *necessidades especiais*¹ e identificaram-se palavras-chave na busca de filmes (1994-2004) analisados por dois observadores, de acordo com um roteiro. Os resultados demonstram que dos 33 filmes selecionados, 39,9% concentram-se na categoria "drama"; 64% caracterizam a deficiência como de natureza orgânica, e 57% indicam diagnóstico predominantemente clínico. Foram identificadas muitas práticas de rotulação (85%) e poucas opções de acessibilidade (76%). Em 85% dos filmes a deficiência é tida como manifestação de problemas com poucos (58%) profissionais fazendo intervenção. Os resultados são discutidos focalizando o papel da mídia cinematográfica na formação de conceito de deficiência, oferecendo modelos de interação com papel proeminente na especificação de práticas sociais importantes ou deletérias na relação com a diversidade.

Palavras-chave: Deficiência; Necessidades especiais; Meios de comunicação; Práticas culturais; Análise do Comportamento.

ABSTRACT

This work pointed out forming elements from the conception of special necessities that the media show the audience by the movies. An expression description has established special needs and they were identified as keywords on a search of movies (1994-2004) which were analyzed by two observers, according to a script. The results showed that 33 of the movies selected, 39.9% were classified in the "drama" category; 64% shows the disability as organic nature and 57% with predominant clinic diagnoses. Many labeled practices were identified (85%) and few accessibilities options (76%). In 85% of the movies the disability is said a manifestation of problems with few (58%) professionals intervention. The results are discussed by the media role on the concept formation of disabilities,

offering interaction models with important role on social practice specification or unsuitable to the relation with the diversity and to the culture.

Keywords: Deficiency; Special needs; Media; Cultural practices; Behavior Analysis.

INTRODUÇÃO

Skinner (1953-2000) afirma que o grupo exerce controle ético sobre cada um de seus membros, principalmente, por seu poder de reforçar ou punir. Tal poder deriva do número e da importância de outras pessoas na vida de cada membro. Geralmente, o grupo social não conta, necessariamente, com uma sistematização de procedimentos que apresentem consequências para os comportamentos de seus membros, nem seus procedimentos são consistentemente mantidos. No grupo, entretanto, certas agências controladoras manipulam conjuntos particulares de variáveis. Essas agências são geralmente mais bem organizadas do que o grupo como um todo (entendido aqui como a sociedade) e, frequentemente, operam com certo sucesso.

Na análise de comportamentos de grupos, o quarto estado (*fourth estate*, SKINNER, 1989, p. 120), designação dada à agência constituída pela mídia, por professores, por cientistas e por acadêmicos, apresenta condições de viabilizar não só um controle mais efetivo do que o das demais agências controladoras, mas também formas menos institucionalizadas de controle, como as relações de controle pessoal face a face. Mais especificamente, sobre o papel da mídia em geral como agência controladora, Martone e Banaco (2005) constatam que, por deter o reforçador informação, a mídia controla o comportamento por meio da divulgação de dados sobre a realidade. Nesse caso, considera-se que a informação reforça comportamentos verbalmente controlados. De acordo com os autores, o conhecimento socialmente produzido, descrito por Guerin (1992), decorre desse tipo de interação entre indivíduos, mediada pelos meios de comunicação, isto é, dois ou mais indivíduos interagem com base em informações obtidas de meios de comunicação. Os consumidores são controlados à medida que consomem a informação de uma realidade construída por grupos com interesses particulares na veiculação de determinada questão.

Nessa perspectiva, o presente artigo pretende apontar aspectos das necessidades educacionais especiais exibidos pelo cinema, um importante meio de comunicação a partir de filmes, e seu papel e possíveis funções na consolidação e viabilização da inclusão social do deficiente. Para tanto, é necessária a definição do conceito de deficiência assim como a especificação clara do modelo que permite a descrição e a análise de fenômenos sociais assumidos por este trabalho.

O termo 'conceito' vem sendo estudado por diversas disciplinas e, dentre elas, a Psicologia. Embora não haja consenso sobre a definição do termo, Batista (2005) identifica que tanto concepções filosóficas quanto psicológicas convergem para uma visão dinâmica que tenta conhecer e descrever uma realidade mutável e multifacetada; assim, um mesmo objeto pode ser conceituado em diferentes níveis, dependendo de diversos fatores. Considerando esses aspectos, a perspectiva que a audiência assume ao lidar com o objeto a ser conceituado parece ser um fator crucial. É nesse sentido, de natureza descritiva, que o conceito de deficiência será abordado, em uma perspectiva contingencial, isto é, segundo o que formadores de opinião dizem a respeito do fenômeno deficiência. Batista (2005) também destaca que o processo de aquisição de conceito muda ao longo da vida e em função da atividade exercida pelas pessoas; como exemplo, o conceito de biodiversidade é diferente para uma criança que recebe aulas na Educação Infantil, no Ensino Fundamental; para uma dona de casa telespectadora de jornais que incluem a biodiversidade como notícia; para um biólogo ou para um ativista ecológico. O mesmo pode ser pensado em relação ao conceito de deficiência. O presente trabalho pretende descrever algumas das possíveis influências que a mídia cinematográfica pode exercer sobre o conceito de deficiência.

De acordo com a análise de Omote (2004), apoiado em Goffman (1982), atributos ou comportamentos muito semelhantes podem receber interpretações variadas a depender das circunstâncias. Assim, o significado da variabilidade em uma espécie (vantagem tão importante para a sobrevivência) pode receber significações diferentes pela combinação de três fatores, quais sejam: quem é o portador ou ator, quem é a audiência ou o juiz e as circunstâncias nas quais o julgamento ocorre. A combinação desses três fatores pode levar seus portadores tanto à valorização quanto ao descrédito social. Um

exemplo citado por Omote é o de uma criança, com problemas escolares associados a outros problemas de comportamento, ser tratada como deficiente em contexto escolar, porém não pelos seus pais e familiares na execução de atividades rotineiras. Portanto, argumenta-se nesse trabalho que o conjunto de regras que norteiam uma prática cultural, assim como os julgamentos que a audiência faz, precisa ser tratado como parte do fenômeno social das deficiências.

A história da humanidade pode ser caracterizada por várias perspectivas, dentre elas a dos movimentos sociais organizados. Sob a perspectiva da inclusão de pessoas com deficiência, as sociedades têm oferecido cada vez mais igualdade de oportunidade de acesso aos produtos da sua cultura, sendo o fenômeno da inclusão caracterizado como uma mudança no ambiente não só físico, mas também social. Andery e Sério (2006) realizaram uma análise do comportamento social em Skinner e identificaram na proposta uma descrição mais detalhada de o que caracteriza um ambiente social. Os autores identificaram a definição de comportamento como social quando mais de uma pessoa se comporta uma em relação à outra ou quando o comportamento de duas pessoas se relaciona com um ambiente em comum. O acréscimo que fazem a essa análise é a definição do comportamento dos indivíduos como parte de contingências entrelaçadas.

Enquanto um comportamento individual implica relações funcionais entre uma classe de respostas e suas consequências, as metacontingências descrevem relações funcionais em um nível distinto: pela relação entre práticas culturais emitidas por diversos agentes e seus produtos (ANDERY; SÉRIO, 1997). As práticas culturais, por sua vez, representam mais que a mera soma das contingências comportamentais: elas envolvem a maneira como as contingências comportamentais se entrelaçam e conduzem os indivíduos a agirem em conjunto, ocasionando consequências que não ocorreriam por meio da ação individual.

Glenn (1988, p. 167) define prática cultural como “[...] um subconjunto de contingências entrelaçadas de reforçamento [...]”. Isso implica dizer que, em condições especiais, designadas *condições sociais*, os indivíduos se engajam em atividades buscando um fim comum aos integrantes do grupo, porém são reforçados por consequências individuais e pelas características de sua história ontogenética, além dos produtos agregados à prática cultural. Assim, o comportamento do indivíduo em grupo deve ser analisado em duas perspectivas: contingências comportamentais em um nível e metacontingências em outro (GLENN, 1988).

Os indivíduos consumidores de informação e por esta controlados são submetidos a mensagens exibidas pelos meios de comunicação, de maneira geral, que se utilizam de diversas estratégias para atingir o consumidor, contando, para isso, com aparelhos televisivos, rádio, materiais gráficos, de modo que constrói a mensagem que se quer veicular. Nessa relação, o contato entre o consumidor e a realidade é virtual, ou seja, é mediada pelos meios de comunicação. Nessa perspectiva, a mídia pode ser compreendida como agência controladora e detentora do poder de controlar até mesmo outras agências de controle, graças a sua possibilidade de produção e manipulação da informação.

Segundo Martone e Banaco (2005), a capacidade de controle e o poder exercidos pela mídia na sociedade contemporânea têm levado autores de diferentes áreas do conhecimento a refletir sobre suas possíveis implicações políticas, econômicas e sociais (ARBEX, 2001; CONTI, 1999; DIZARD, 2000; MAMOU, 1992; MARTONE, 2003; RAKOS, 1993).

Conti (1999) descreveu a influência da mídia na eleição de Fernando Collor à presidência do Brasil em 1989, caracterizando os concorrentes a partir de opostos: a imagem de um jovem talento no cenário da política nacional versus a imagem de um radical com ideais operários que possibilitariam a ascensão da classe operária, com potencial prejuízo para a classe dominante. O resultado das eleições demonstrou o efeito desse conjunto de informações.

Mamou (1992) relatou as relações estabelecidas entre Estado e imprensa durante a Guerra do Golfo, ocorrida em 1991, que, segundo o autor, obrigaram a imprensa a questionar o seu papel, sua função e sua instrumentalização, levando ao surgimento de uma série de reflexões sobre a cobertura do fato. Nesse caso, ficou evidente a construção da “metáfora interpretativa” (ARBEX, 2001), com os Estados Unidos representando o “bem” e os valores democráticos e o Iraque representando o “mal” com terroristas que desconheciam até os direitos femininos.

Martone (2003) analisou o efeito do relato da imprensa, enquanto agência controladora, sobre um conjunto de práticas produzidas por uma cultura, imediatamente após o episódio que ficou conhecido como os *ataques terroristas de 11 de setembro de 2001* contra os Estados Unidos. Tal análise foi desenvolvida a partir das informações veiculadas por um *site* de notícias da Cable News Network (CNN). As informações foram categorizadas e organizadas de forma a enquadrar os eventos relatados em uma sequência causal, visando a identificar os antecedentes da ação, assim como suas implicações do ponto

de vista da relação entre os agentes envolvidos, mais especificamente, ações dos Estados Unidos no controle dos conflitos no Oriente Médio. Como resultado, constatou-se que o relato da imprensa foi parcial, não fornecendo dados sobre a motivação envolvida no ataque e privilegiando as ações da agência governamental e econômica.

Esses estudos fornecem uma breve ilustração sobre como os meios de comunicação de massa podem controlar comportamentos. As informações veiculadas podem ter diversos *status* e funções sobre os comportamentos dos membros de uma comunidade: instrução, modelo de ação, operação estabelecedora, arranjos de estímulos discriminativos e condicionais, dentre outros. Assim, cabe questionar, como propôs Arbex (2001, p. 38) "até que ponto os meios de comunicação de massa são uma força determinante nos rumos de fatos históricos?".

Os estudos anteriormente descritos demonstram algumas funções dos meios de comunicação de massa na formação de opiniões de uma comunidade a respeito de um fenômeno em particular, controlando, dessa forma, o comportamento de pessoas e de grupos sociais. No caso particular deste trabalho, questionou-se se o cinema, um importante meio de comunicação, pode veicular características que serão incluídas na descrição do fenômeno de deficiência. Com base nessas proposições, acredita-se na pertinência de conhecer a maneira como o cinema, particularmente, atua na formação de conceitos e de opiniões sobre a questão da deficiência.

Nessa perspectiva de análise e nesse contexto geral, o objetivo deste trabalho foi identificar e caracterizar a concepção de necessidades especiais veiculada pelo cinema a partir de sua consideração como agência de controle social sob a ótica da Análise do Comportamento, a partir do instrumento conceitual das metacontingências.

MÉTODO

Delimitação do Fenômeno a Ser Estudado

Para a abordagem do tema foi estabelecido o critério de utilização do termo *necessidades especiais*, baseado na definição das Diretrizes Nacionais de Educação Especial, Resolução nº 2, de 11/9/2001, que considera pessoa portadora de necessidades especiais aquela que apresenta qualquer uma das seguintes características: dificuldades acentuadas na aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento (relacionadas a causas orgânicas ou sociais), dificuldades acentuadas na comunicação e sinalização que demandem a utilização de códigos aplicáveis, dificuldades no deslocamento e altas habilidades.

Assim, são consideradas pessoas com necessidades especiais aquelas com deficiência auditiva, deficiência visual, deficiência física, deficiência mental, incluindo síndromes, deficiências múltiplas; também são consideradas pessoas com necessidades especiais aquelas que apresentam diferenças no padrão estipulado como normal pela sociedade dominante e que, conseqüentemente, podem apresentar um desenvolvimento diferente do estabelecido (como comunidades indígenas, imigrantes), além de pessoas com altas habilidades.

Material Analisado

O critério para a seleção dos filmes foi o fato de terem sido produzidos em um intervalo específico de dez anos (1994-2004). Tal critério temporal visou à obtenção de uma lista atualizada das produções cinematográficas, considerando essa última década um período importante para a formação da concepção contemporânea de necessidades especiais. Cabe destacar que a pesquisa teve seu início no ano de 2005 e, portanto, as produções com lançamento em 2004 eram consideradas atualizadas.

PROCEDIMENTO

Na fase de coleta de dados, foi realizado um rastreamento inicial, a partir de um *site* na *Internet*, a fim de localizar os filmes que atendessem aos critérios sobre necessidades especiais. Posteriormente, uma rede de videolocadora, de uma cidade do interior de São Paulo, forneceu seu sistema interno de busca para a seleção de filmes, a partir de sua base de dados, utilizando-se algumas palavras-chave que, digitadas, acionariam a busca pelos títulos dos filmes que as contivessem em sua ficha técnica. As

palavras utilizadas foram: *excepcionalidade, deficiência, cego, surdo, autismo e autista, síndrome de Down, retardado, deficiente mental, parapléxico, tetrapléxico, superdotado e talentoso*. O critério para a seleção de palavras-chave foi a denominação mais convencional adotada pela comunidade para pessoas com necessidades educacionais especiais. Assim que apareciam os títulos dos filmes, esses eram selecionados pelo ano em que haviam sido produzidos. Dessa forma, foram selecionados filmes que obedeciam aos critérios citados anteriormente, identificados pela base de dados da videolocadora e pelo referido site, porém sem cruzamento de dados.

Os filmes foram analisados de acordo com um roteiro composto pelos seguintes temas: 1) natureza do fenômeno das necessidades especiais; 2) ocorrência de práticas de rotulação; 3) identificação do modelo diagnóstico adotado; 4) se a condição é vista como uma manifestação de problemas; 5) presença de opções de acessibilidade; 6) qual o contexto mais predominante na trama; 7) quais os profissionais envolvidos e quais as modalidades de apoio oferecidas, cujo detalhamento pode ser visto no Quadro 1.

Os observadores foram preparados para assistir aos filmes segundo os critérios anteriormente listados em uma reunião informativa com uma professora de disciplina relacionada ao tema de um curso de Formação de Psicólogos (coautora deste trabalho), a partir de referências que apresentam e discutem os temas adotados como critério. O Quadro 1 apresenta uma breve descrição de cada um dos critérios adotados para análise.

1) Natureza do fenômeno das necessidades especiais - foi considerada pelo observador como de natureza orgânica, quando a busca da etiologia era localizada no próprio organismo como, por exemplo, desordens genéticas, sendo o fenômeno caracterizado como patologia; a natureza foi considerada social, quando a busca dos determinantes era na relação entre as práticas da pessoa considerada deficiente e o contexto que vivia (MENDES, 1995).
2) Identificação pelo estigma - foi retomado o caráter normativo das deficiências, em que as pessoas consideradas normais são consideradas como parâmetro de comparação das pessoas que desviam estatisticamente desses critérios (seja em aparência, comportamento ou grupo ao qual pertencem); estas desviantes são consideradas como deficientes ou portadoras de alguma "anormalidade" e podem ser classificadas, nessa perspectiva, por diversos adjetivos pejorativos (GOFFMAN, 1982; OMOTE, 2004).
3) Identificação do modelo diagnóstico adotado - o modelo foi classificado como clínico, quando a busca do agente causal era localizada no próprio organismo, seja por meio de exames clínicos ou de avaliações padronizadas, de tal forma que o foco de intervenção era o próprio organismo; por outro lado, o modelo foi classificado como educacional, quando considerava o contexto e as condições nele presentes para um diagnóstico e uma intervenção bem sucedida do profissional (MENDES, 1995).
4) Condição é vista como uma manifestação de problemas - a condição era vista como manifestação de problemas, quando interferia nas relações estabelecidas de pelo menos um grupo social nos mais diferentes contextos; foram considerados contextos os ambientes doméstico, comunitário, profissional e educacional (CARDOSO, 1997).
5) Presença de opções de acessibilidade - opções de acessibilidade ou tecnologia assistiva para pessoas deficientes, definida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas como a possibilidade e condição de alcance para a utilização, com segurança e autonomia, de edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbano (NBR 9050/94); de acordo com esse critério, os observadores procuraram identificar algum tipo de ambiente, objetos ou mesmo códigos de comunicação que tivessem sido modificados para atender às necessidades e direitos dessas pessoas.
6) Qual o contexto mais predominante na trama - foram considerados contextos os ambientes doméstico, comunitário, profissional e educacional (CARDOSO, 1997).
7) Quais os profissionais envolvidos e quais modalidades de apoio oferecidas - a modalidade de apoio pode ser oferecida em duas perspectivas diferentes: a) o suporte, que consiste em não retirar a pessoa do meio em que vive para oferecer o apoio; e b) o serviço, que consiste em retirar a pessoa do meio em que vive para a intervenção ser realizada (ARANHA, 2001). Foi identificado também o profissional mais presente na intervenção.

QUADRO 1 - BREVE DESCRIÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ANÁLISE DOS FILMES

Para garantir a confiabilidade nos registros, o protocolo de análise foi preenchido por dois juízes independentes para posterior análise de concordância. Essa análise foi realizada de acordo com os critérios de Kazdin (1982) que propõe que o índice de concordância seja uma razão entre o número de concordâncias e o número total de possibilidades (soma do número de concordâncias e discordâncias). O resultado foi de 0,81 ou 81%.

RESULTADOS

Os resultados estão organizados de tal forma que apresentam uma breve classificação dos filmes selecionados para análise seguida da identificação dos critérios de análise (frequência de ocorrência) no conjunto de filmes analisados. Como se pode observar, a Tabela 1 apresenta a classificação dos filmes localizados em relação à necessidade especial que a trama aborda.

De acordo com a Tabela 1, as necessidades especiais que mais predominaram nos temas dos filmes foram as altas habilidades (n=7), seguidas da deficiência mental (n=6) e das diferenças pouco específicas, com predomínio do gênero animação (n=6).

TABELA 1 – FICHA TÉCNICA RESUMIDA DOS FILMES ANALISADOS

Necessidade Especial Abordada ¹	Nome do filme	Dados de ficha técnica				Número de ocorrências
		Ano de Produção	Gênero	Local	Produtora/Estúdio ²	
Deficiência Física	De porta em porta	2002	Drama	Canadá	Rosemont Productions International	3
	Homens de honra	2000	Drama	EUA	Fox 2000 Pictures	
	O colecionador de ossos	1999	Drama	EUA	Columbia Pictures Corporation	
Deficiência Visual	A primeira vista	1999	Romance	EUA	Metro-Goldwyn-Mayer	4
	Demolidor: o homem sem medo ^(*)	2003	Aventura	EUA	20th Century Fox	
	Dragão vermelho	2002	Suspense	EUA, Alemanha	Dino De Laurentis Company	
Deficiência Auditiva	Janela da Alma	2001	Documentário	Brasil	Ravina Filmes	2
	Mr. Holland – Adorável professor	1995	Drama	EUA	Hollywood Pictures	
	Velocidade Óxima II	1997	Aventura	EUA	20th Century Fox	
Deficiência Mental (Síndromes)	Banhos	1999	Comédia	China	Imar Film	6
	Conduta ilegal	2002	Drama	EUA	Franchise Classics Pictures	
	Meu nome é Rádio	2003	Drama	EUA	Revolution Studios	
	Na corda bamba	1996	Drama	EUA	Shooting Gallery	
	O oitavo dia	1996	Drama	França, Bélgica, Inglaterra	Canal+	
	Uma lição de amor	2001	Drama	EUA	Avery Pix	
Altas Habilidades	Cubo	1997	Ficção	Canadá	Cube Libre	7
	Magnólia	1999	Drama	EUA	Gioulardi Film Company	
	Os excêntricos Tenenbaums ^(***)	2001	Comédia	EUA	Touchstone Pictures	
	Pelé eterno	2004	Documentário	Brasil	Universal Pictures do Brasil	
	Quase famosos	2000	Drama	EUA	Columbia Pictures	
	Shine (Brilhante)	1996	Drama	Austrália	Australian Film Finance Corporation	
	Mente brilhante	2001	Drama	EUA	Universal Pictures	
Diferenças	Forrest Gump – O contador de histórias	1994	Drama	EUA	Paramount Pictures	6
	Nell	1994	Drama	EUA	20th Century Fox	
	Procurando Nemo	2003	Comédia	EUA	Walt Disney Pictures	6
	Shrek I	2001	Animação, Comédia	EUA	DreamWorks Animation	
	Shrek II	2004	Animação, Comédia	EUA	DreamWorks SKG	
	O fantasma da ópera	2004	Musical	EUA, Inglaterra	Odyssey Entertainment	
	Benny & Joon – Corações em conflito	1993	Drama	EUA	Metro-Goldwyn-Mayer	
Autismo	Código para o inferno	1998	Policial	EUA	Universal Pictures	5
	Os segredos de Adam ^(****)	1994	Suspense	Canadá	NCA Pictures	
	Testemunha do silêncio ^(*****)	1994	Drama	EUA	Warner Bros	
	Prisioneiro do silêncio ^(*****)	1994	Drama	EUA	Odyssey Video (Distribuidora)	
Total						33

3 Os dados dos filmes contidos nessa tabela foram obtidos a partir dos seguintes sites:

<<http://epipoca.uol.com.br/busca.php>>;

(*) <<http://www.adorocinema.com.br/default.asp>>;

(***) <http://cineminha.uol.com.br/filme_cfm?id=87035>;

(****) <<http://www.cinedicas.com/DetailheFilme.asp?F=696>>;

(*****) <<http://www.sofacinema.co.uk/visitor/product/2934-David's-Mother.html>> - 25k ->.

NOTAS:

¹ A classificação da necessidade especial abordada no filme foi de acordo com a análise dos observadores.

² Foi relatada a primeira produtora citada pela ficha técnica dos filmes nos respectivos sites de busca.

Os filmes foram, então, classificados conforme o seu gênero, observado na ficha técnica, e a Figura 1 apresenta a porcentagem de filmes segundo essa classificação.

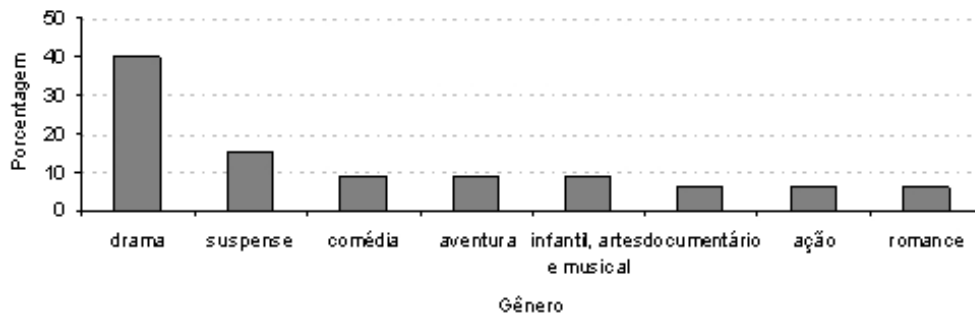


FIGURA 1 – PORCENTAGEM DE FILMES DE ACORDO COM O GÊNERO ARTÍSTICO

Na Figura 1, 40% dos filmes foram classificados predominantemente como do gênero *drama*. O segundo gênero em que foi registrada maior porcentagem de filmes foi *suspense*, com 15%. Os demais gêneros foram identificados em menor porcentagem de ocorrência (de 9% a 6%).

A Figura 2 ilustra a porcentagem de distribuição dos filmes conforme os critérios de análise adotados neste estudo.

No painel A da Figura 2, 64% dos filmes apresentam o fenômeno como sendo de natureza orgânica, enquanto em 36% deles o fenômeno é caracterizado como sendo de natureza social. Constatou-se, ainda, tal como representado no painel B da Figura 2, que o modelo diagnóstico adotado em 57% dos filmes é o modelo clínico (seja médico ou psicológico); em 39% dos filmes não há diagnóstico; somente em 3% deles o diagnóstico refere-se à modalidade educacional.

O painel C na Figura 2 ilustra a porcentagem de filmes em que foram identificadas práticas de rotulação. De acordo com o painel, em 85% dos filmes, as pessoas com necessidades especiais são rotuladas ou identificadas a partir de seu desvio, e em 15% não se identifica prática de rotulação. O painel D da Figura 2 ilustra a porcentagem de filmes que evidenciam ou não as opções de acessibilidade. Observa-se na figura que em 76% dos filmes não é identificada forma alguma de acessibilidade ou tecnologia assistiva para pessoas com necessidades especiais. Em contrapartida, em 24% dos filmes analisados, não há evidência de opções de acesso a ambientes físicos ou sociais que pudessem ser função da necessidade especial abordada.

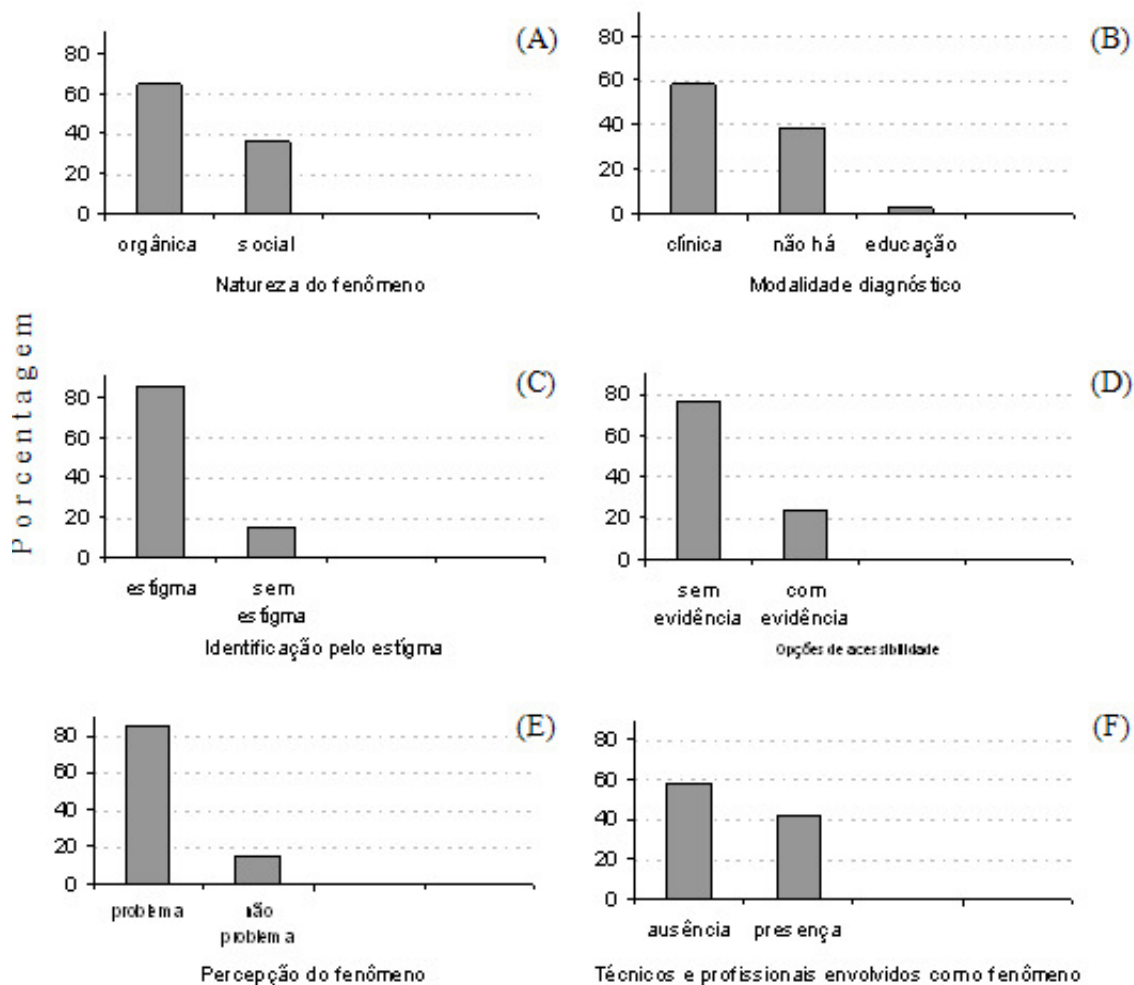


FIGURA 2 – PORCENTAGEM DOS FILMES DE ACORDO COM OS CRITÉRIOS DE ANÁLISE

O painel E ilustra como o fenômeno das necessidades especiais é percebido nos filmes, em 85% dos filmes o fenômeno é abordado como uma manifestação de problemas. Essa manifestação de problemas pode se estender tanto no âmbito da família, quanto no da comunidade ou no da equipe profissional. Em apenas 15% dos filmes o fenômeno não é percebido pelas pessoas de diferentes contextos como manifestação de problemas.

Ao se considerar as interações estabelecidas com a pessoa com necessidades especiais e problemas decorrentes, a Figura 3 ilustra que, na maioria dos filmes, o problema é vivenciado por mais de um contexto. Em 43% dos filmes, os contextos mais afetados são a família e a comunidade; em 9%, a comunidade e a equipe profissional e, em 12%, o problema ocorre nos três contextos (família, comunidade e equipe profissional). Em contrapartida, em 12% dos filmes, o contexto mais afetado pelas necessidades especiais é apenas o da família e, em 24%, apenas o da comunidade; se o problema é percebido em apenas um contexto, isso pode revelar mais a falta de estrutura física, organização ou repertório para lidar com o problema do que a sua gravidade.

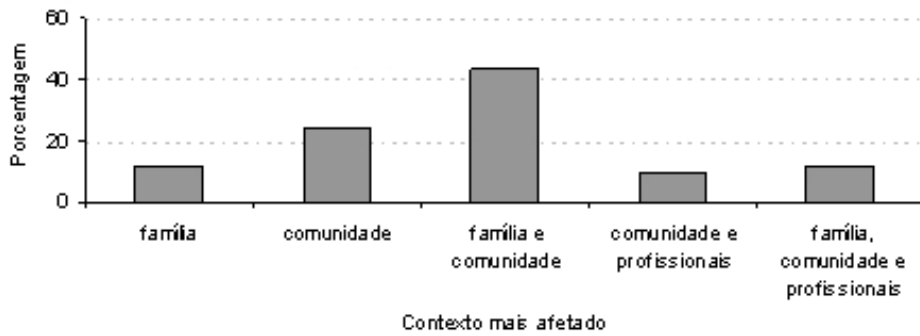


FIGURA 3 – ÂMBITO ONDE AS IMPLICAÇÕES DO CONVÍVIO COM A PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA OCORREM

O painel F da Figura 2 exibe a porcentagem dos filmes em que são observadas práticas e atuações de profissionais e técnicos especializados em necessidades especiais. Em 58% dos filmes não há profissionais especializados no decorrer das tramas e em 42% há profissionais envolvidos.

A Figura 4 demonstra que, com relação à modalidade de apoio oferecida ao portador de necessidades especiais identificadas nos filmes, em 55%, ela pode ser classificada como de suporte (o apoio é oferecido no ambiente em que a pessoa vive); em 15% dos filmes, a modalidade de apoio refere-se ao oferecimento de serviços, o que implica em um deslocamento das pessoas para um ambiente institucionalizado onde o serviço é oferecido. Em alguns casos, em 6% dos filmes analisados, há também o oferecimento de ambas as modalidades (suporte e serviço), porém em 24% dos filmes não se constatou tipo algum de apoio oferecido.

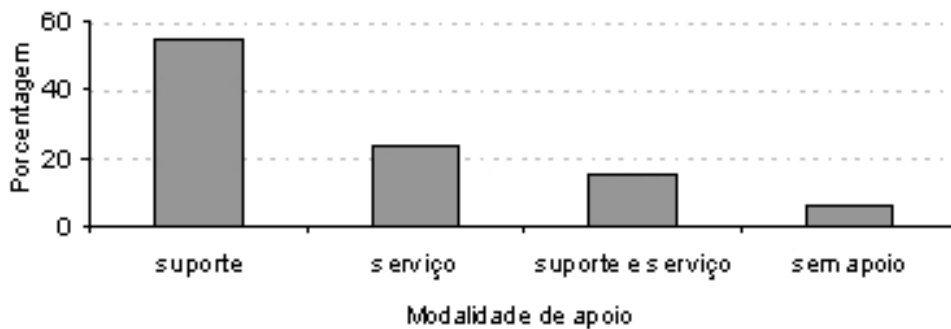


FIGURA 4 – MODALIDADE DE APOIO OFERECIDA AO PERSONAGEM

A seguir serão discutidas algumas implicações dos resultados obtidos na análise dos filmes, de acordo com o sistema conceitual da Análise do Comportamento e, mediante a utilização da unidade conceitual das metacontingências, estratégia metodológica escolhida para análise de práticas culturais e interações sociais complexas de modo geral.

DISCUSSÃO

Os resultados obtidos demonstram que os filmes analisados, que são produtos da mídia – uma agência controladora importante como citado anteriormente –, exibem o fenômeno da deficiência como

predominantemente de natureza orgânica; a abordagem do fenômeno mais realizada é a do modelo clínico, cuja etiologia encontra-se no organismo. Ao retratar a deficiência como consequência de fatores orgânicos, pode-se estabelecer uma concepção de que o fenômeno deve ser comparado a uma doença, algo que de alguma forma é limitador e prejudicial, tanto para pessoa portadora quanto para as pessoas que irão conviver com ela. Essa análise pode ser fortalecida pela alta frequência de filmes (84%) que abordam as necessidades especiais como uma manifestação de problemas.

O diagnóstico clínico – o mais retratado nos filmes com seus instrumentos de medição de desempenho e sua preocupação com a eliminação de sintomas – acaba por tratar o fenômeno como não remediável e, a partir desse momento, a pessoa recebe um rótulo que tem a função de classificá-la pelo que será ou não capaz de fazer ou produzir. O rótulo – prática utilizada por personagens na maioria dos filmes – apresenta, portanto, uma dupla função, isto é, a de determinar como a pessoa portadora de necessidades especiais se comportará na sociedade e, também, os padrões de conduta dos outros ao interagirem com essa pessoa. A relação que esse tipo de interação representa é contingencial como propõe Omote (2004), pois uma audiência estabelece regras que incluem o que será reconhecido como desvio e define padrões de comportamento diante do desvio. Em contrapartida, os comportamentos apresentados pela audiência têm funções de antecedentes e consequentes para a emissão de ações pelas pessoas rotuladas.

O cinema não mostra opções de acessibilidade em mais da metade dos filmes analisados (75%); todavia, os filmes, em sua maioria dramas, via de regra apresentam finais felizes, de modo que a agência estabelece a ideia de que sozinha, ou com a ajuda de alguém que se comoveu por sua situação, a pessoa portadora de necessidades especiais sempre consegue o que deseja. Ressalve-se, naturalmente, que embora exista uma correspondência já pesquisada em filmes que retratam cenários e costumes típicos das sociedades humanas, existe uma tendência conhecida a exacerbar emoções, seja nos dramas, seja nas comédias. Nesse sentido, tomou-se como pressuposto para a construção da análise do papel do cinema como mídia relevante a influir na construção e consolidação de práticas culturais que, embora os filmes repliquem o cotidiano, por certo costuma haver certas distorções do papel do personagem principal (seja herói, seja vítima). Todavia, se por um lado a ficção cinematográfica pode resvalar na possibilidade de distorcer a realidade também no caso das narrativas e dos cenários que abrigam os personagens e situações aqui analisados, por outro, mantém seu inestimável papel de evento que influencia significativamente os costumes e as práticas culturais da sociedade contemporânea. Em função disso, a importância do estudo da mídia cinematográfica e de quaisquer outras que, de alguma forma, atingem diretamente o grande público, mantém relevância alta para a compreensão dos fenômenos sociais e reproduz grande parte dos repertórios comportamentais complexos dos indivíduos e seus grupos com respeito a fenômenos importantes, como o da inclusão social.

Por outro lado, é importante também salientar que as opções de acessibilidade fazem parte dos direitos civis de todas as pessoas com necessidades especiais, sendo de responsabilidade do governo e da sociedade em geral, não sendo, de forma alguma, uma questão de caridade. A pessoa com necessidades especiais não deve tentar se igualar aos outros para se beneficiar dos direitos humanos, já que a sociedade é constituída por pessoas diferentes em todos os sentidos, o que tornaria impossível a tentativa de igualar-se aos outros.

Baum (1999) ressalta que práticas experimentais visam à sobrevivência, não só da sociedade, mas, sobretudo, à sobrevivência da cultura, do modo de vida. Dessa forma, para sobreviver ao final, é necessária a mudança da cultura concebida como respostas das transformações no ambiente e a adoção dessas práticas com base em suas consequências em longo prazo. Para Baum (1999), para uma cultura sobreviver, esta deve ser capaz de mudar, pois do contrário ela só poderia permanecer estável em um mundo sem novos desafios ambientais e sem competição por parte de outras culturas.

Nesse caso, ao se considerarem as necessidades especiais, destacam-se mudanças das práticas de organização dos grupos e de políticas públicas que visam a estabelecer diretrizes para a inclusão. Contudo, se a variabilidade em uma espécie (em outras palavras, a ênfase na diversidade) não for considerada como valor de sobrevivência praticado nas ações de membros de um grupo, corre-se o risco de a inclusão de pessoas com necessidades especiais ser caracterizada como boa vontade, tolerância, aceitação e solidariedade, e não como procedimentos cientificamente fundamentados de acesso e de participação na vida de um grupo (OMOTE, 2004).

A mídia, de maneira geral, e a mídia cinematográfica, de maneira particular, são consideradas como parte de uma metacontingência, uma vez que colabora, por meio do entrelaçamento de ações, com outras agências para o estabelecimento de uma prática cultural que, no caso deste estudo, refere-se a uma configuração de atitudes pouco inclusivas em virtude da visão sobre deficiência difundida nos filmes analisados.

Metacontingências, como já se explicitou, implicam em contingências individuais entrelaçadas (*interlocking*, no original inglês) que produzem um mesmo resultado em longo prazo (GLENN, 1986). Um exemplo é a reciclagem de lixo que pode produzir consequências diferentes para comportamentos individuais, tais como separar lixo em ambiente doméstico, catar latas de alumínio na rua para revenda, trabalhar com objetos feitos com garrafas *pet*, ministrar uma aula de artes com sucatas em uma escola de Ensino Fundamental, entre outros comportamentos. A consequência final, no caso de todos esses comportamentos serem emitidos, pode ser um ambiente menos poluído pelo lixo e o uso mais adequado de reservas naturais. No caso de uma metacontingência, a consequência de longo prazo deve ser capaz de manter os comportamentos emitidos pelos membros do grupo; além disso, o fato de existirem algumas pessoas que se comportam de forma diferente, como não separar lixo doméstico, por exemplo, não afetaria a consequência de longo prazo.

O papel que o cinema exerce sobre a construção do conceito de deficiência pode ser caracterizado como parte de uma metacontingência, isto é, de contingências entrelaçadas. Andery, Micheletto e Sérgio (2005) apresentam várias configurações de contingências entrelaçadas e um exemplo são contingências de imitação, que descrevem uma situação de troca recíproca e que exigem contingências de suporte para sua manutenção, e aquelas em que há um produto agregado que depende destas contingências e que retroage sobre elas, selecionando-as. Se uma das formas pelas quais aprendemos é por imitação – processo pelo qual o comportamento de uma pessoa duplica o comportamento da outra (CATANIA, 1999) – e, para isso, basta estar presente um comportamento que sirva como modelo, as relações estabelecidas na ficção podem assumir essa função; a ausência de repertório para lidar com esse tipo de diversidade (necessidades especiais) pode estabelecer a ocasião na qual as ações observadas na ficção sejam duplicadas. Contudo, nem toda imitação apresenta consequências vantajosas e, a exemplo disso, alguns autores analisaram a relação entre produções cinematográficas com características particulares e relações sexuais desprotegidas em adolescentes (STRASBURGER, 1999) e no comportamento violento em crianças (GOMIDE, 2000).

Se uma metacontingência envolve contingências socialmente determinadas e se o elo de comportamentos individuais em uma metacontingência é a consequência, em longo prazo que afeta toda a sociedade (ou grupo de pessoas), como afirma Glenn (1991), compreender quais práticas favoreceriam a sobrevivência da espécie parece ser um critério para essa análise. Essa discussão pode ser interessante sob a ótica de desenvolvimento moral discutida por Abib (2001), que propõe uma educação para o desenvolvimento do autocontrole como aspecto fundamental para transitar da natureza para a cultura e para a formação dos valores. Essa proposta consistiria em um adiamento de gratificações imediatas e consequente controle do comportamento por reforços condicionados, de magnitude maior e de benefício recíproco para membros de um grupo. Se o critério é a manutenção de comportamentos engajados na sobrevivência das culturas, uma proposta educacional necessária, como uma política de desenvolvimento de identidade pessoal, seria aprender a conviver com diferenças. Estabelecem-se aí argumentos pertinentes para uma proposta social de valorização das diferenças e oferecimento de igualdade de acesso a pessoas com necessidades especiais.

As tarefas de ensinar os controles necessários para o desenvolvimento de valores morais, políticos e de autocontrole são atribuídas às comunidades, aos grupos sociais, à escola, à família, aos meios de comunicação. Com efeito, são essas agências de controle e essas pessoas que ensinam os controles necessários para o desenvolvimento de valores, e é aí que, ao fim e ao cabo, as crianças e os jovens adquirem autocontrole e, dessa maneira, tornam-se preparados para enfrentar as tarefas relacionadas com a sobrevivência das culturas (SKINNER, 1953-2000; 1968; 1974-1996).

Assim, os meios de comunicação, como importante agência de controle, com influência relativamente grande na população, também colaboram para que práticas direcionadas à diversidade de maneira geral e a pessoas com necessidades especiais sejam estabelecidas em membros de uma sociedade. Atualmente, já existem novas concepções sendo formadas por estudos e pesquisas, porém isso ainda permanece somente no meio acadêmico. A função da mídia, e especialmente do cinema, poderia incluir, alternativamente, a ajuda à sociedade na transmissão dessas novas descobertas e possibilidades e, dessa forma, ajudar na mudança de concepções. Sair de uma concepção marcadamente preconceituosa, em razão do contexto histórico, e criar outra, atual e funcional, que traga reais benefícios para a pessoa portadora de deficiência e para a sociedade em geral parece ser tarefa de múltiplos grupos: dirigentes, cientistas, educadores. Enfim, criar condições para que novos avanços sejam feitos em nossa sociedade para que ela possa sobreviver apoiada nos critérios de equidade e justiça social parece constituir tarefa urgente e necessária da sociedade contemporânea.

Porém, a maioria das pessoas que representam os meios de comunicação e que produzem tais filmes têm seus comportamentos mais controlados por outros aspectos de mercado do que pelas contingências em longo prazo de sobrevivência da cultura. Nessa perspectiva, não se produz algo que não se vende e não se vende algo que não contente, pelo menos em uma boa parte da sociedade.

Nesse caso, é preciso estabelecer contingências reguladoras. E para isso servem as leis. As leis são feitas pelo governo, via Poder Legislativo e têm a finalidade de determinar comportamentos que devem ser apresentados por determinado grupo, de estabelecer o que constitui uma infração e as implicações da infração. Contudo, as leis podem ou não servir como contingências reguladoras que satisfaçam a necessidade real da sociedade. Alguns autores têm analisado documentos legais que visam a regular as ações de pessoas de um grupo, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (TODOROV et al., 2004) e a proposta do Estatuto da Pessoa com Deficiência (CABRAL, 2007). Eles constataram que os documentos apresentam uma repetição muito grande de artigos, quando da categorização desses em contingências, isto é, os artigos participam de várias contingências; ao repetir artigos em contingências diferentes, acaba por não definir bem as contingências e abrir precedentes para interpretações diferentes por se apresentarem incompletas ou pouco objetivas. Conforme afirma Skinner (1985), coloque o governo, a religião e o capital juntos e pode-se obter um Estado monstruoso, controlando praticamente tudo aquilo que os behavioristas chamam de reforçadores e isso sendo usado, obviamente, para seu próprio engrandecimento; e não haveria razão para fazê-lo de outro modo, pois de acordo com Skinner, é assim que é.

CONCLUSÃO

A partir dos dados desta pesquisa, pode-se discutir o papel da mídia de influenciar ou mesmo modificar concepções – no caso a concepção de deficiência ou de necessidade especial – e que, ao fazê-lo, acaba por cumprir regras de outras agências controladoras, como, por exemplo, o governo e a política econômica vigente. Porém, a análise do conjunto de filmes selecionados demonstrou que a concepção de necessidades especiais pode estar permeada de preconceitos pautados pelo desvio de minorias em relação ao conjunto de regras estabelecidas pela cultura, que detém o controle de reforçadores; o fato é que nessa cultura o diferente não é valorizado e, pior, não há o estabelecimento de repertório comportamental para se relacionar com essa diferença.

Baum (1999) afirma que uma alternativa de mudança pode depender de grupos que integram a sociedade e que respondem às predições dos especialistas *agindo para que a mudança ocorra*, ou seja, sob controle de comportamento verbal funcionando como estímulos discriminativos que fortaleçam essas novas práticas desejadas. Coloca ainda que o critério para que uma prática seja considerada bem sucedida é aquele que provê maior densidade de reforços em longo prazo (ou menos punição) do que as variações com as quais a prática compete.

Assim, uma alternativa para a veiculação pelo cinema de práticas relevantes para a cultura pode ser a criação de grupos de pessoas interessadas e com conhecimentos sobre assuntos relacionados à inclusão que estabelecessem contato com pessoas ligadas ao governo, a fim de exercer influência, transmitindo informações corretas, assessorando e orientando a formulação de leis. Essa primeira formação está bem consolidada em nossas práticas de políticas públicas. O aspecto fundamental é que esse grupo tenha a função de agência reguladora que poderia fornecer incentivos às empresas produtoras e divulgadoras de filmes por meio de benefícios, que poderiam servir como reforçadores (ou como operações estabelecedoras, função motivacional) para as produções para que as informações fossem atestadas por uma agência de controle pertinente. Outra ação de suma importância seria a criação de condições reforçadoras aos roteiristas de filmes, para que eles escrevam seus roteiros com outro enfoque, que realmente cumpra o papel de modificar a prática cultural vigente relacionada ao fenômeno da deficiência.

Ainda que se respeite a concepção ficcionista própria do cinema, seria possível que, ao mostrar as reais consequências de abordar a concepção de deficiência de forma orgânica, com práticas de rotulação, com modalidade de atendimento clínica, sem opções de acessibilidade, com manifestações de problemas sobre a família e a comunidade, sem envolvimento de profissionais especializados, a mídia contribuísse significativamente para o maior conhecimento das condições reais de vida de uma pessoa deficiente e para a não manutenção do pensamento de que ela sozinha, sem a ajuda da comunidade e de órgãos competentes, pode obter os reforçadores necessários para sua sobrevivência. Isso provocaria nos telespectadores a necessidade de mudar seu comportamento no sentido de compreender que é pela experiência direta com a diversidade que podemos construir o aprimoramento individual, com uma política que vê nas diferenças um espaço para a construção de identidades (ABIB, 2001).

Considera-se que a proposta de delineamentos culturais sugerida por Skinner (1953-2000), enquanto pergunta de pesquisa, ainda é bastante recente em suas dimensões conceituais, metodológicas e aplicadas. Esta pesquisa, por sua vez, traz contribuições aplicadas pela intersecção de duas áreas de estudo relativamente recentes, quais sejam, estudos de práticas culturais pela análise de metacontingências e formação de conceito de necessidades especiais. Uma proposta para futuras

pesquisas pode ser o desafio de delinear os efeitos que filmes com essa temática exercem sobre o relato e também sobre como pessoas agem em relação ao divergente em condições simuladas apresentadas imediatamente após a exibição dos filmes.

REFERÊNCIAS

ABIB, J. A. D. Teoria moral de Skinner e desenvolvimento humano. **Psicol. Reflex. Crit.**, v. 14, n. 1, p. 107-117, 2001.

ANDERY, M. A. P. A.; SÉRIO, T. M. A. P. O conceito de metacontingências: afinal, a velha contingência de reforçamento é insuficiente? In: BANACO, R. A. (Org.). **Sobre comportamento e cognição: aspectos teóricos e de formação em Análise do Comportamento e Terapia Cognitivista**. 2. ed. Santo André, SP: Arbytes, 1997.

_____. Comportamento social. In: GUILHARDI, H. J.; AGUIRRE, N. C. (Org.). **Sobre comportamento e cognição: expondo a variabilidade**. Santo André: Esetec, 2006. p. 127-128.

ANDERY, M. A. P. A.; MICHELETTO, N.; SÉRIO, T. M. A. P. A análise de fenômenos sociais: esboçando uma proposta para a identificação de contingências entrelaçadas e metacontingências. In: TODOROV, J. C.; MARTONE, R. C.; MOREIRA, M. B. (Org.). **Metacontingências: comportamento, cultura e sociedade**. Santo André: ESETec, 2005. p. 129-147.

ARANHA, M. S. F. Paradigmas da relação entre a sociedade e as pessoas com deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, São Paulo: Editora LTR, v. 9, 2001.

ARBEX JR., J. **Showrnlismo**. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

BAUM, W. M. **Compreender o behaviorismo: ciência, comportamento e cultura**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda., 1999. p. 266-284.

BATISTA, C. G. Formação de conceitos em crianças cegas: questões teóricas e implicações educacionais. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 7-15, 2005.

CABRAL, C. Z. **Descrição e análise das contingências presentes na proposta de estatuto da pessoa com deficiência**. 2007. 177 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) – Faculdade de Ciências da Unesp, Bauru, 2007.

CARDOSO, M. C. F. **Abordagem ecológica em educação especial: fundamentos básicos para o currículo**. Brasília: CORDE, 1997.

CATANIA, A. C. **Aprendizagem: comportamento, linguagem e cognição**. Tradução de Deisy das Graças de Souza et al. 4. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

CONTI, M. S. **Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor**: São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

DIZARD, W. **A nova mídia: a comunicação de massa na era da informação**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

GLENN, S. S. Metacontingencies in Walden Two. **Behavior Analysis and Social Action**, Thousand Oaks, CA, v. 1, n. 5, p. 2-8, 1986.

_____. Contingencies and metacontingencies: Toward a synthesis of behavior analysis and cultural materialism. **The Behavior Analyst**, Portage, MI, v. 2, n. 11, p. 161-179, 1988.

_____. Contingencies and metacontingencies: Relations among behavioral, cultural, and biological evolution. In: LAMAL, P. A. (Org.). **Behavioral analysis of societies and cultural practices**. Washington, DC: Hemisphere Publishing, 1991. p. 39-73.

GOMIDE, P. I. C. A influência de filmes violentos em comportamento agressivo de crianças e adolescentes. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722000000100014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 4 Maio 2008. doi: 10.1590/S0102-79722000000100014.

GUERIN, B. Behavior analysis and the social construction of knowledge. **American Psychologist**, Washington, DC, v. 47, n. 11, p. 1423-1432, 1992.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

KAZDIN, A. E. **Single-case research designs**: Methods for clinical and applied settings. Oxford University: New York, 1982.

MAMOU, Y. **A culpa é da imprensa**: ensaio sobre a fabricação da informação. São Paulo: Marco Zero, 1992.

MARTONE, R. C. Traçando práticas culturais: a imprensa como agência e ferramenta de controle social. 2003. 104 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – PUC-SP, São Paulo, 2003.

_____.; BANACO, R. A. Comportamento social: a imprensa como agência e ferramenta de controle social. In: TODOROV, J. C.; MARTONE, R. C.; MOREIRA, M. B. (Org.). **Metacontingências**: comportamento, cultura e sociedade. Santo André: ESETec, 2005. p. 61-80.

MENDES, E. G. **Análise crítica dos modelos diagnósticos da deficiência mental**. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 1995. Manuscrito não publicado.

NBR 9050/94 – ABNT – Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência a edificações, espaços, mobiliários e equipamentos urbanos – procedimento, 1994.

OMOTE, S. Estigma no tempo da inclusão. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 10, n. 3, p. 287-308, 2004.

RAKOS, R. Propaganda as stimulus control: The case of Iraqi invasion of Kuwait. **Behavior and Social Issues**, Massachussets, v. 3, n. 1, p. 35-62, 1993.

SKINNER, B. F. **The technology of teaching**. New York: Macmillan, 1968.

_____. **Contingencies of reinforcement**: A theoretical analysis. New York: Appleton-Century-Crofts, 1969.

_____. **Ciência e comportamento humano**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1953-2000.

_____. **Sobre o Behaviorismo**. São Paulo: Ed. Cultrix, 1974-1996.

_____. Cognitive Science and Behaviorism. *British Journal of Psychology*, v. 76, n. 3, 291-301, 1985.

_____. The listener. In: SKINNER, B. F. **Recent issues in the analysis of behavior**. Columbus, OH: Merrill, 1989.

STRASBURGER, V. C. **Os adolescentes e a mídia**: impacto psicológico. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

TODOROV, J. C.; MOREIRA, M.; PRUDÊNCIO, M. R. A.; PEREIRA, G. C. C. O Estatuto da Criança e do Adolescente como metacontingência. In: BRANDÃO, M. Z. S.; CONTE, F. C. S.; BRANDÃO, F. S.; INGBERMAN, Y. K.; SILVA, V. M. da; OLIANE, S. M. (Org.). **Sobre comportamento e cognição**: contingências e metacontingências, contextos sócio-verbais e o comportamento do terapeuta. 1. ed. Santo André: ESETec, v. 13, 2004. p. 44 -51.

Endereço para correspondência

Cibele Zanirato Cabral
E-mail: cibele.zanirato@telefonica.com.br

Beatriz Lotti
E-mail: bia_planeta@yahoo.com.br

Karla Cestari
E-mail: karlacestari@yahoo.com.br

Ana C. M. Almeida-Verdu
E-mail: anaverdu@fc.unesp.br

Kester Carrara
E-mail: kester@fc.unesp.br

Submetido em: 27/06/2008

Revisto em: 30/01/2009

Aceito em: 15/03/2009

¹Destaques em itálico feitos pelos autores deste artigo.

²A classificação da necessidade especial abordada no filme foi de acordo com a análise dos observadores.

³Foi relatada a primeira produtora citada pela ficha técnica dos filmes nos respectivos *sites* de busca.